

EM BUSCA DAS RAIZES CULTURAIS DO POVO BRASILEIRO (AS AFINIDADES ROMÂNTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR¹

José Willington Germano²

RESUMO

Discute-se o romantismo político, enquanto expressão de origem literária surgida em fins do século XVIII, a luz de referentes teóricos da História e das Ciências Sociais. Aborda-se a discussão da educação e cultura popular referindo-se aos movimentos de educação dos anos 60, no período imediatamente anterior ao golpe de Estado de 1964, oportunidade que a educação popular era estreitamente associada, por esses movimentos e pelos intelectuais a eles vinculados, à cultura popular, integrando o processo de mobilização social em favor de reformas estruturais na sociedade brasileira, exaltando a prática de uma educação libertadora, cuja figura emblemática era Paulo Freire, enquanto possibilidade de emancipação social. Conclui, com outros estudiosos que “as generalizações dos universais da ‘cultura popular’ se esvaziam”, a não ser que sejam colocados firmemente dentro de contextos históricos específicos.

Palavras-chave: Romantismo político. Educação e cultura popular. Movimentos sociais. Raízes culturais do povo brasileiro.

IN SEARCH OF THE CULTURAL ROOTS OF THE BRAZILIAN PEOPLE: THE ROMANTIC AFFINITIES OF POPULAR EDUCATION

ABSTRACT

Political romanticism, as an expression of literary origin that emerged at the end of the eighteenth century, is discussed in the light of theoretical referents of History and Social Sciences. The discussion of education and popular culture refers to the education movements of the 1960s in the period immediately preceding the 1964 coup d'état that popular education was closely associated, through these movements and the intellectuals linked to them, to popular culture, integrating the process of social mobilization in favor of structural reforms in Brazilian society, exalting the practice of a liberating education, whose emblematic figure was Paul Freire, as a possibility of social emancipation. He concludes with other scholars that “generalizations of universals of ‘popular culture’ are emptied, “unless they are firmly placed within specific historical contexts.

Keywords: Political Romanticism. Education and popular culture. Social movements. Brazilian cultural roots

1 Inspirado em “Relato de Pesquisa” do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação-CNPq-UFRN.

2 Professor Titular de Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9070289595467890>.

1 ROMANTISMO POLÍTICO

O denominado Romantismo Político, na verdade, nunca foi adotado como divisa ou bandeira de luta por nenhum movimento ou partido político. Desse modo, essa denominação foi sempre atribuída, satiricamente, pelo seus adversários ou, para fins de investigação, pelos historiadores e por outros estudiosos das ciências sociais. Trata-se de uma expressão de origem literária surgida em fins do século XVIII e que, paulatinamente, teve seus valores assimilados pela área política, mesmo que não tenham existido movimentos ou partidos políticos com esse nome, como foi assinalado. Nessa perspectiva, portanto, nos séculos XIX e XX existiram movimentos liberais, democráticos, socialistas, nacionalistas, vários deles perpassados por ideias e valores românticos.

Assim sendo, observa-se uma dificuldade de conceituação em face da sua diversidade histórica, fala-se em romantismo político na Alemanha, França, Itália, Rússia etc., e de sua ambiguidade, situando-se, conforme a situação, à direita ou à esquerda do espectro político. Mesmo assim, Claudio Cesa (1986) identifica alguns traços característicos do romantismo político em suas diferentes vertentes, tais como: a possibilidade da redenção e do renascimento; o restabelecimento de uma lei originária; a busca do “espírito do povo” ou do “caráter nacional”, bem como da “linguagem originária”, que foram perdidos; a importância do motivo do “retorno”; a ideologia do progresso e do Estado nacional liberal posta em questão; a reivindicação da consciência coletiva contra o individualismo; crítica à moderna economia industrial; condenação inapelável do presente; a necessidade de uma arte comprometida (romantismo francês); culto do povo; nostalgia de um renascimento futuro.

Conforme Elias Saliba, “o desenraizamento do tempo presente” constitui um componente básico das utopias românticas. Dessa forma, o presente seria negado e o futuro seria objeto de interrogação, tendo, de alguma maneira, uma referência ao passado (*apud* RIDENTI, 2000, p. 32). Convém lembrar, por sua vez, que o romantismo tem sido alvo de divergências no debate acadêmico, sendo considerado ora autoritário, ora libertário, segundo as lentes dos autores que debruçaram sobre o tema. Assim, para Roberto Romano, por exemplo, o romantismo se reveste de caráter autoritário por-

que o indivíduo é submetido à sociedade. De acordo com Romano, “se não se podem subsistir os indivíduos, resta o povo. Mas este, para os românticos de todos os matizes, é eterna criança, que deve ser ‘protegida’” (*apud RIDENTI*, 2000, p. 31). O italiano Mazzini assinala que o povo é chamado a ser sujeito da história porém, em decorrência da deficiência de educação, não vê claramente os objetivos e os meios para atingi-los.

Na visão de Sérgio Paulo Rouanet, o “culto ao povo”, praticado pela esquerda brasileira vinculada aos CPCs da UNE, configura o caráter autoritário desse movimento, associado, por ele, ao romantismo conservador alemão. Escreve Rouanet que “o povo, nos anos 60, era visto como uma massa inerte, inculta despolitizada [...], cuja consciência política precisava ser despertada por sua vanguarda [...]” (*apud Ridenti*, 2000, p. 31). Daí o caráter autoritário do citado movimento, segundo o autor em apreço.

Por outro lado, existem interpretações mais abrangentes, menos restritivas, do romantismo político, como as análises efetuadas por Michael Löwy e Roberto Sayre. Para eles, o romantismo englobaria um amplo espectro, da direita à esquerda, das opções políticas. Nessa perspectiva, haveria desde um romantismo “conservador”, “fascista” até um romantismo “revolucionário ou utópico”. Em qualquer circunstância, contudo, os principais componentes da visão romântica abrangem, de acordo com Löwy e Sayre, os seguintes aspectos: “recusa da realidade social presente, experiência de perda, nostalgia melancólica e busca do que está perdido” (*apud RIDENTI*, 2000, p. 27). Desse modo, o denominado “romantismo revolucionário ou utópico” visaria instaurar um “futuro novo”. Em decorrência, “a lembrança do passado serve com arma para lutar pelo futuro” (*apud RIDENTI*, 2000, p. 29).

Para Marcelo Ridenti (2000, p. 32), o foco unidirecional das críticas de Romano e Rouanet “dificulta a visualização da amplitude contraditória e não necessária ou predominantemente autoritária dos romantismos”. O autor advoga, de uma forma que parece convincente, que “se podem encontrar aspectos potencialmente ou de fato autoritários em vários movimentos de esquerda com afinidades românticas”, como os “mencionados CPCs nos anos 60”, mas “isso não deve obscurecer a riqueza e a diversidade desses movimentos, que também são portadores, contraditoriamente, de potencialidades libertárias”. Aqui, cabe lembrar a ênfase romântica do célebre mote das manifestações de maio de 1968, na França: “a imaginação no poder”.

2 EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

A educação popular a que nos referimos neste artigo, diz respeito aos movimentos de educação dos anos 60, no período imediatamente anterior ao golpe de Estado de 1964. Nesse contexto, a educação popular era estreitamente associada, por esses movimentos e pelos intelectuais a eles vinculados, à cultura popular. Em um cenário de “guerra fria” e de intenso processo de mobilização social em favor de reformas estruturais na sociedade brasileira, cabia por em prática uma educação libertadora, cuja figura emblemática era Paulo Freire. Nessa perspectiva, essa prática educativa era impossível de realizar fora de um processo de conscientização do povo, tendo como base a cultura popular, visando a sua desalienação e a transformação social do país.

Em linhas gerais, a cultura popular assumia o sentido de resistência à dominação de classe, ao domínio estrangeiro, ao imperialismo e à transplantação cultural. Ela se configurava, portanto, como um instrumento de luta em favor da identidade nacional, mediante a valorização e o fortalecimento das raízes culturais do povo brasileiro em busca da construção de um futuro melhor, diferente do presente.

A designação do adjetivo “popular” tem sido objeto de controvérsias à medida que ele acaba por atribuir um lugar social subalterno, uma cultura desvalorizada em contraposição a uma outra (cultura erudita), que tem valor. Haveria, assim, uma distinção entre aqueles grupos e classes sociais que “têm” cultura e os segmentos sociais que “são” cultura. Por essa ótica, haveria uma espécie de *apartheid* cultural; culturas fechadas em seus próprios círculos, sem comunicação recíproca.

A análise do “popular”, portanto, sem os limites das interpretações dualistas, pressupõe a necessidade de se recorrer à história. Para Moacyr de Góes (2002, p.97-98), por exemplo, a educação popular se constituiu em “um movimento situado e datado na história brasileira” (grifos no original). O autor refere-se aos movimentos de educação e cultura popular dos anos 60 do século XX. Por sua vez, Edward Thompson (1998) salienta que é preciso ter cuidado nas generalizações acerca da cultura popular. Elas podem sugerir uma perspectiva ultraconsensual, em que a cultura popular é encarada como um sistema compartilhado de atitudes, valores e significados.

Assim, de acordo com Thompson (1998, p.17), “uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole”. Para ele, uma cultura constitui uma “arena de elementos conflitivos”, por conseguinte dificilmente assume a configuração de um sistema. Em decorrência, observa o historiador, “as generalizações dos universais da ‘cultura popular’ se esvaziam, a não ser que sejam colocados firmemente dentro de contextos históricos específicos”. Foi isto que procuramos fazer no presente artigo.

Ao se debruçar sobre países da América Latina, Néstor Canclini (2000) critica a forma como o “popular” foi construído por certas vertentes intelectuais e políticas, conduzindo a uma caracterização apriorística, na qual estão presentes os seguintes traços constitutivos: seu caráter local, sua associação com o nacional e o subalterno. Para Canclini (2000, p. 207), a armadilha que “impede apreender o popular e problematizá-lo consiste em considerá-lo como uma evidência *a priori*”. Nessa perspectiva, os tradicionalistas “imaginaram culturas nacionais e populares ‘autênticas’” (p.21) e procuraram, sempre, preservá-las das influências estrangeiras, da industrialização e da massificação urbana, mantendo o seu “purismo”.

Por essa visão, a cultura popular deveria se manter livre do processo de hibridação cultural. Mas se a referida cultura só adquire sentido no âmbito de contextos históricos específicos, como adverte Thompson (1998), para Canclini (2000, p.23), por sua vez, “o popular não se define por uma essência *a priori*, mas pelas estratégias instáveis, diversas, com que os próprios setores subalternos constroem suas posições” e também pelo modo que os intelectuais e políticos levam à cena a cultura popular. Desse modo, não há como evitar a hibridação cultural, as culturas híbridas. Assim, a cultura popular se configura, evidentemente, como cultura híbrida.

3 EM BUSCA DA “ESSÊNCIA” DO POVO BRASILEIRO

No contexto dos anos 60, vários eram as facções de um mesmo movimento que disputavam, entre si, a legitimidade da designação do popular (Germano, 2002). Por sua vez, em todos os movimentos de educação e cultura popular, daquele período, é possível identificar afinidades românticas.

Conforme foi explicitado, o romantismo político é, em geral, caracterizado pelos seguintes traços constitutivos: recusa da realidade social presente, sensação de perda, nostalgia e busca do que foi perdido, visando instaurar um futuro novo com base nos valores nacionais. Dessa forma, o presente seria negado e o futuro seria objeto de interrogação, tendo, de alguma maneira, uma referência ao passado. A associação da educação com a cultura popular constitui o substrato das mencionadas afinidades românticas. Essa relação aparece com nitidez nos principais movimentos da época, como se observa a seguir.

Nessa perspectiva, o Centro Popular de Cultura³ (CPC) da UNE (União Nacional dos Estudantes) se propunha buscar a “essência” do povo brasileiro através da “arte popular revolucionária”, a qual forneceria os “motivos que impulsionam a ação revolucionária”, ao se identificar com “a aspiração fundamental do povo”, que seria superar a condição de povo, conforme este tem existência na sociedade de classes, em que ele não dirige a sociedade a que pertence, sendo reduzido a condição de subalterno. De acordo com os intelectuais do CPC/UNE, cabe aos “homens do povo” exercer a “sua qualidade heróica de futuros combatentes do exército de libertação nacional e popular”, visando revolucionar a sociedade e “passar o poder ao povo”. Para tanto, a cultura popular revestida de “arte popular revolucionária” teria um papel fundamental na conscientização política do povo, por ser uma arte comprometida.

Para o Movimento de Educação de Base (MEB)⁴, criado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), “a cultura popular no Brasil não é um fenômeno neutro”, mas “um movimento, isto é, uma ação efetiva com objetivos determinados” (grifos do original), que resulta do “conflito ideológico” com os grupos dominantes e assume uma “posição de luta pela transformação” da sociedade. Tal movimento, composto, segundo os intelectuais do MEB, por “operários sindicalizados, camponeses politicamente organizados, estudantes, militantes políticos”, visa “agir no sentido da superação” das desigualdades existentes na sociedade brasileira. Trata-se, portanto, de uma “ação transformadora” das estruturas sociais estabelecidas, desenvolvida através das “chamadas organizações de cultura popular”. Nesse sentido, se reveste de uma ação política “visto que é a ação política que

3 As referências ao CPC têm como fonte o seu “Manifesto”, divulgado em março de 1962 (*apud* Fávero, 1983, p. 59-70).

4 As referências ao MEB têm como fonte o documento “MEB/Cultura popular: notas para estudo” (*apud*, Fávero, 1983, p. 77-81).

pode levar” à transformação social, mediante a formulação de um “projeto histórico”. A importância da cultura popular resultava do seu posicionamento ideológico em favor da transformação social.

No que diz respeito ao Movimento de Cultura Popular (MCP)⁵, criado em maio de 1960 como sociedade civil e contando com o patrocínio da Prefeitura do Recife, época do Prefeito Miguel Arraes, predominava a visão de que um movimento de cultura popular decorria das relações de poder existentes em determinado contexto. Desse modo, para os intelectuais do MCP, “um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares” e “desfavorável aos setores de elite”. Nessa perspectiva, o movimento popular produz um movimento cultural, não um movimento cultural qualquer, diz o MCP, mas “um movimento de cultura popular”, cujos interesses “exprimem a necessidade de uma produção cultural” voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram o movimento popular. O MCP identifica a existência de “demanda por uma consciência popular adequada ao real e possuída pelo projeto de transformá-lo”, partindo do pressuposto de que “só o povo pode resolver os problemas populares”. Em decorrência, tais problemas só poderão ser corrigidos pela “supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes”. Desse modo, a “luta política” é o instrumento apropriado para que a “transformação projetada” ocorra, luta essa na qual é reservado um lugar de destaque para a cultura popular.

Nenhum movimento da época, no entanto, é tão enfático ao estabelecer os vínculos entre cultura popular e dominação externa quanto a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”⁶ (4), desenvolvida pela Prefeitura de Natal a partir de 1961, época do Prefeito Djalma Maranhão. A cultura popular, conforme concebia os intelectuais da “Campanha”, estava intimamente relacionada aos ideais de libertação nacional. Por isto, era encarada como veículo de resistência à dominação. Assinala o citado texto referencial da “Campanha”: o “significado do termo cultura popular assume para nós forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação da dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento, até os dias atuais”. Tal situação,

5 As referências ao MCP têm como fonte o documento denominado “Plano de Ação” para 1963 (apud, Fávero, 1983, p. 90-96).

6 As referências ao ideário da “Campanha” têm como fonte o texto intitulado “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler/ Cultura Popular: tentativa de conceituação”, apresentado no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura popular, realizado em setembro de 1963, em Recife.

diz o documento, “irá fatalmente refletir-se no plano cultural”, tendo o povo brasileiro que “consumir um tipo de cultura que não é elaborada aqui”, mantendo-o preso a um esquema de pensamento que induz à aceitação passivada dominação e à admiração do povo dominador. Observa-se, portanto, a transplantação cultural, uma vez que o país alienando-se “à sua metrópole perde a sua interioridade”, porquanto “a sua essência mesma está ocupada pelo exterior”, provocando uma “descaracterização cultural”.

Nessa perspectiva, a emergência da cultura popular, na cena pública, decorria da “conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro” e dos anseios de “libertação nacional”. A cultura popular teria, assim, o sentido da resistência, visando “deter a trajetória de dominação” e potencializar o processo de libertação, presente em outros povos da América Latina, a exemplo de Cuba.

O texto, em exame, torna evidente que a “luta interna de libertação” vincula-se “profundamente à cultura popular”, assumindo três dimensões essenciais: a) a primeira diz respeito ao “sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos aos nossos valores outros criados e elaborados aqui”; b) a segunda confere à “cultura popular um caráter de luta” e de “integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural”, levando-o a “assumir o papel de sujeito da própria criação cultural” e não apenas de receptor; c) a terceira adverte que “a tomada revolucionária do poder não extingue a cultura popular”, uma vez que ela “não é exclusivamente um meio político, um trabalho de preparação das massas para a conquista do poder”. Ao contrário, a revolução “deixa aberto o caminho para uma criação cultural autêntica e livre” e, portanto, “popular e nacional”.

Finalmente, o documento em apreço arremata evidenciando a existência de “um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional – socialismo e luta antiimperialista” e conclui afirmando que “nenhum povo é dono do seu destino se antes não é dono de sua cultura”.

4 AFINIDADES ROMÂNTICAS

A busca da “essência” do povo brasileiro, como instrumento indispensável à edificação de um futuro diferente do presente, possibilita identificar afinidades românticas. Assim sendo, observa-se, nesses movimentos,

embora em graus variados, uma recusa da realidade presente que se caracteriza pelo predomínio de relações de desigualdade social, no plano interno do país, e de dependência e dominação externas; constata-se a sensação de perda da cultura brasileira, em particular da cultura popular, e, ao mesmo tempo, verifica-se a busca pelo que está perdido, isto é, as raízes culturais do “homem brasileiro”, como forma de resistir à dominação, configurada como luta anti-imperialista, para instaurar um futuro novo, uma nova sociedade. A recorrência à cultura popular, por parte desses movimentos, resultava da visão que a encarava como espaço de resistência à dominação e como instrumento de luta pela libertação do povo e do país, pela libertação nacional, fazendo renascer a cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

BERLIN, Isaiah. **Estudo sobre a humanidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo, EDUSP, 2000.

CESA, Cláudio. Romantismo político. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2. ed. Trad. João Ferreira, Carmem C. Varriale e outros. Brasília: UnB, 1986.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A porção romântica e as ciências humanas no ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n. 55, jun. 2004.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo:** a Campanha de Pé no Chão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GERMANO, José Willington. **Resistência desfeita:** Educação, Cultura Popular, Reforma Social. Natal, 2002. *Academic paper*.

GERMANO, José Willington; COSTA, Lúcia de FátimaVieira da. **Nas Sombras da Repressão:** Educação e Educadores na Visão dos Guardiães da Ordem. Natal/ Coimbra, 2000. *Academic paper*.

GÓES, Moacyr de. Educação Popular, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Paulo Freire e Movimentos Sociais Contemporâneos. In: ROSAS, Paulo (Org.). **Paulo Freire e Transformação Social**. Recife, UFPE, 2002.

GOES, Moacyr de. **Dois Livros de Djalma Maranhão no Exílio**. Natal, Prefeitura Municipal, 1999.

MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP). Plano de Ação. In: FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular:** memórias dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB/ Cultura Popular: notas para estudo. In: FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular:** memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler/ Cultura Popular: tentativa de conceituação. In: FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular:** memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Anomalia Democrática: Adolescência e Romantismo na História Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, fevereiro 1998.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) – CENTRO POPULAR DE CULTURA. Manifesto. In: FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular, Educação Popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar**. Petrópolis, Vozes, 1984.